

A concordância de P6 em português falado. Os traços
pronominais e os traços de concordância
*The 3PL agreement in spoken Portuguese. The
pronominal features and the agreement features*

Maria Antónia Mota
Universidade de Lisboa, Portugal
mar.mota@clul.ul.pt

Matilde Miguel
Universidade de Lisboa, Portugal
tilde@mail.telepac.pt

Amália Mendes
Universidade de Lisboa, Portugal
amendes@clul.ul.pt

Abstract: Considering the data of the Project *Estudo comparado de padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias* (CLUL/UFRJ) and its results, we explore some hypotheses in order to explain the patterns of 3PL (P6) agreement. Admitting the existence of a *continuum* of agreement patterns marking on the verb, we try to situate them along an axis [+canonical agreement] → [-canonical agreement]. Research points to the fact that there is a set of factors that characterize the patterns located further to the right of the *continuum* which does not apply to EP or to the cultivated non-European varieties and that has some internal heterogeneity in its expression in different varieties. A second set of factors common to all varieties (although with different weights) constitutes the core of homogeneity cross-varieties, either if the patterns are

located slightly to the left or to the right of the *continuum* agreement. Analyzing all the linguistic factors retained, namely the morphophonological ones, we try to provide answers to questions such as: does the lack of agreement exist in Portuguese? (concluding that, ultimately, it does not exist); When the patterns are not formally marked (in the extreme [-canonical agreement] or near it), is it the result of the weakening of inflectional marks of agreement on the verb (the homophony or the formal syncretism)? Or is the sub-domain of the controller element of the agreement the most crucial factor in the positioning of these patterns and the varieties associated with them in the *continuum*? We make the hypothesis that, because the categories ‘person’ and ‘number’, in the verb, are inherited from the controller of the agreement, particularly if pronominal, we must investigate the following possibility: in the SV domain, the nature of nominative pronominal elements has a strong impact on explicit marking of agreement on the verb.

Keywords: P6 agreement patterns, Portuguese varieties, comparative analysis.

Resumo: Considerando os dados do *Projecto Estudo comparado de padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias* (CLUL/UFRJ) e os resultados já obtidos, exploram-se algumas hipóteses explicativas dos padrões atestados de concordância de P6. Admitindo a existência de um *continuum* de marcação de traços de concordância, no verbo, tenta-se situar esses diferentes padrões ao longo de um eixo [+concordância canónica] → [-concordância canónica]. A investigação aponta para o seguinte: há um conjunto de factores que caracterizam os padrões situados mais à direita do *continuum*, que não se aplica nem ao PE nem às variedades cultas não europeias, e que apresenta alguma heterogeneidade interna na sua expressão nas diferentes variedades; existe um segundo conjunto de factores comuns a todas as variedades (embora com pesos diversos), os quais configuram o núcleo de homogeneidade trans-variedades, quer os padrões que os patenteiam se situem um pouco mais à esquerda ou um pouco mais à direita do *continuum* de concordância. Analisando

todos os factores linguísticos retidos, nomeadamente os morfofonológicos, tenta-se reflectir sobre o que os dados nos fornecem como evidências para responder a perguntas como as seguintes: existe ausência de concordância, em português? (concluindo-se que, em última análise, não existe); nos padrões formalmente não marcados, situados no extremo [-concordância canónica] ou próximos dele, é o enfraquecimento das marcas flexionais de concordância, no verbo (a homofonia ou o sincretismo formal), o responsável? Ou é no subdomínio do elemento controlador da concordância que se encontra o factor mais determinante no posicionamento desses padrões e das variedades a eles associadas, naquele *continuum*? Põe-se a hipótese de que, pelo facto de as categorias ‘pessoa’ e ‘número’, no verbo, serem herdadas do controlador da concordância, particularmente se pronominal, será necessário investigar a seguinte possibilidade: no SV, a natureza dos elementos pronominais nominativos tem um forte impacto na marcação explícita de concordância, no verbo.

Palavras-chave: Padrões de concordância de P6, variedades do português, análise comparada.

A delimitação de padrões variantes de concordância verbal de P6, em português falado, tem sido objecto de inúmeros estudos, sendo vasta a bibliografia disponível. O grupo do Projecto “Estudo comparado de padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias” (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) e Departamento de Letras Vernáculas da UFRJ)¹ apostou na inclusão de dados de diferentes variedades do português falado em África nos estudos comparativos que levou a cabo e que continua a desenvolver.

A partir da investigação realizada no âmbito do Projecto, visa-se, neste texto, pôr a hipótese de um *continuum* de marcação dos traços de concordância, no verbo, que depende dos traços do elemento pronominal que controla a concordância; esse *continuum* poderá corresponder às diferentes variedades do português. Subsidiariamente, visa-se retirar algumas conclusões sobre a

¹Doravante, referido como “Projecto”. Projecto financiado no âmbito do convénio CAPES/FCT de Fevereiro de 2008 a Março de 2011. Ver <http://www.lettras.ufrj.br/concordancia/>

concordância verbal na norma culta do português falado em África – a sua descrição, até agora insuficiente ou inexistente, é uma questão relevante para os falantes - em termos simbólicos e em termos de política linguística - com frequência referida nas entrevistas realizadas. Para tal, tomam-se dados de falantes cultos de Cabo Verde e de Angola, recentemente recolhidos² e ainda não utilizados em trabalhos do Projecto; relativamente a outras variedades de África, não dispomos ainda de dados suficientes de falantes de escolarização média-alta e superior. Não pretendemos abordar estas questões do ponto de vista quantitativo, mas simplesmente contribuir para a delimitação dos fenómenos transversais a todas as variedades do português, na perspectiva da existência de um núcleo de variação comum, distinguível de casos de variação não comuns a todas as variedades. Por exemplo, e apesar de o PE apresentar uma taxa de concordância morfológicamente explícita no verbo muito alta, encontram-se padrões variantes, nas produções de falantes da norma culta, como as seguintes:

- (1) a. se o PS ganhar, *vai vir montes de charters com politólogos* para estudar o fenómeno (PE) - ordem VS
 b. tinha *as suas partes chatas* que *era aquelas regras completamente absurdas* (PE) - verbo ser, oração relativa (PE)³

1 Padrões de concordância com marcação e sem marcação no elemento alvo da concordância

Não sendo indispensável considerar o enquadramento sócio-histórico de formação das diferentes variedades do português para a sua análise linguística e para a comparação dos resultados obtidos, o facto é que o tipo de transmissão linguística, regular ou irregular, tem reconhecidamente um peso importante na

²O *corpus* de Cabo Verde foi recolhido por Amália Melo Lopes, em 2006, junto de 21 informantes com níveis de instrução média-alta e superior, de áreas urbanas; o de Angola, que constitui a primeira parte de uma recolha ainda em curso, realizada por Afonso Miguel, integra, para já, 11 informantes de nível de instrução média (ensino secundário completo) e superior, todos de Luanda. Ambos os responsáveis pelas recolhas as fizeram integrados no CLUL, havendo autorização expressa dos mesmos para os dados dos *corpora* serem utilizados em projectos de investigação desta instituição. Utiliza-se, igualmente, um pequeno *corpus* de Cabo Verde, constituído por 6 informantes deputados à Assembleia Nacional (cerca de 230 minutos de gravação), reunido pelo mestrando Etelvino Garcia, em 2004.

³Em (1a), crítico literário e escritor; em (1b), licenciada.

construção das gramáticas dos falantes. É sobejamente sabido que o contacto linguístico tem fortes repercussões, mas nem só as variedades formadas a partir de múltiplos contributos linguísticos apresentam gramáticas diferenciadas em determinados domínios – todas as variedades nacionais do português patenteiam padrões variantes em diversos domínios da gramática, configurando a existência de diferentes gramáticas em coocorrência e em concorrência numa mesma sincronia: «Learners have two or more grammars when their triggering experience leads to incompatible analyses» (Lightfoot 1999: 92). A diferença entre variedades do português está, por um lado, na quantidade de padrões variantes atestados e, por outro lado, na tipologia desses padrões. Por exemplo, quanto a este último aspecto, atestam-se em PE casos de homofonia entre a 3^a pessoa verbal do singular (P3) e a do plural (P6) (p.e., *porque como ela via que nós éramos duas colegas que se dava lindamente ...* - falante de nível de instrução médio, Sintra), mas essa homofonia reduz-se, tanto quanto se apurou, a verbos que, na escala da saliência fónica, estão basicamente no nível 1 (cf. Naro 1981, Scherre 1994, Scherre & Naro 1997, 1998), não ocorrendo casos do tipo *eles vai* ou *tu fez*⁴, diferentemente do PB substandard e de outras variedades substandard do português de África, como em S. Tomé ou Moçambique:

- (2) a. *tu não vai* para funeral *tu não está molhado* (PST)
 b. *tive* que procurar emprego (...) *deixou de depender* - - *passou a trabalhar* - a sustentar a mim mesma - a lutar com a vida (PST)
 c. mas como *você cresceste* na cidade... (PM)
 d. os nossos filhos não não querem aquilo que *nós quer* (PM)

⁴Em Mota, Rodrigues & Soalheiro (2003), descrevem-se padrões de flexão de pretéritos perfeitos fortes atestados em falantes de PE analfabetos ou de baixa escolaridade, de zonas rurais a norte do Rio Douro, que incluem homofonia entre a P1 e P3 em *fez* ou em *fiz* (e ainda P1 *fez* e P3 *fiz*). A identidade morfofonológica entre P1 e P3 é um facto, nos verbos ditos regulares, na maioria dos paradigmas verbais; nestas variedades, esse sincretismo é estendido aos pretéritos fortes.

1.1 *Concordância e factores explicativos considerados mais relevantes, em português*

Os resultados do Projecto evidenciam que, no verbo, (i) a ausência de marcas de concordância é quantitativamente irrelevante em PE e tipologicamente limitada – o PE caracteriza-se globalmente pela reiteração das marcas morfológicas de concordância, pela «concordância dissociada» (cf. Costa & Silva 2006), ou seja, por uma regra de concordância quase categórica; (ii) nas restantes variedades nacionais, há evidências no sentido de uma tendência para o aumento da presença de marcadores de concordância, embora ocorram casos de ausência em percentagens ainda relevantes, (iii) havendo alguma diversidade de padrões entre variedades não europeias; (iv) os factores extralinguísticos com maior relevância (nas zonas urbanas estudadas, em geral⁵) são o nível de escolaridade e a idade (geralmente indissociáveis). Com efeito, independentemente da complexidade das situações linguísticas de partida, as diferenças são esbatidas ou anuladas por efeito da escolarização, como demonstrado, por exemplo, em quatro dos trabalhos realizados no âmbito do Projecto acima referido.

Assim, em Brandão e Vieira (2012), mostra-se que, quer no PST quer no PB urbanos, a percentagem de não marcação de concordância verbal é baixa, sendo a escolarização o factor mais relevante em ambas as variedades. Em PST, há uma diferença sensível (cerca de 14%) entre falantes com instrução superior e falantes com níveis inferiores, sendo que, em PB, a distância se estabelece sobretudo com falantes de nível de escolarização médio (cerca de 22% de diferença percentual, enquanto a diferença entre falantes instruídos e aqueles com nível elementar é de menos de 10%). Em Bazenga 2011⁶, fica claro que o nível de escolarização superior é um factor determinante na concordância de P6, que atinge 80% no nível 1 e 90% no nível 3 de escolaridade.

⁵Em variedades não padrão do PE, encontram-se, obviamente, casos de ausência de marcas de concordância, maioritariamente dependentes da saliência fónica da P6, relativamente à P3, mas a sua importância, em termos quantitativos e qualitativos, é muito reduzida (cf. Bazenga 2011, por exemplo). Existem padrões de flexão verbal diferenciados, nalgumas variedades do PE, mas as suas características não têm implicações na concordância (cf., por exemplo, Mota, Rodrigues & Soalheiro 2003 e Soalheiro 2002).

⁶Apresentação ao XVI Congresso Internacional da ALFAL, Alcalá de Henares, 06 a 09 de Junho de 2011: “Realização variável da concordância verbal no português falado no Funchal” (powerpoint acessível em *F: \MACAU \para comunicação \Funchal-Aline \Realização variável da concordância verbal no português falado no Funchal (Aline Bazenga) - Academia_ edu.mht*). Texto correspondente a publicar nas Actas do Congresso.

Na variedade geográfica do Funchal (Madeira) estudada por Bazenga (em que existe concordância morfológicamente marcada na P6 do verbo acima dos 84%), o peso relativo do factor escolaridade, no total dos 15% de concordância não marcada, é de .63. Quanto à faixa etária: na generalidade das variedades estudadas no âmbito do Projecto, verifica-se que, com o aumento do acesso à escola, as faixas mais jovens apresentam em geral mais marcas explícitas de concordância (facto apontado em Scherre & Naro 2006 e em Lucchesi 2006: 103, citando Silva 2003)⁷. Em Brandão e Vieira (op. cit.) é mostrado que, no PST, os falantes mais jovens apresentam a maior percentagem de realização de concordância no verbo; contudo, constata-se as autoras que, no PB, é nesta faixa etária que o cancelamento é maior. Este é um dado interessante: acreditando-se que os jovens constituem o grupo que mais acesso tem à escolarização, o facto de, no PB, serem eles que menos marcas de concordância no verbo apresentam pode indiciar que o PST e o PB conhecem processos de mudança distintos, apesar de as percentagens de cancelamento, no PB, serem hoje menores do que em anos passados. Em Vieira (2011)⁸ é mostrado o seguinte: a taxa de concordância verbal de 3^a pessoa plural é de 99% em PE, de 93% em PST e de 79% em PB. O PST encontra-se mais próximo do PE, como mostram as percentagens indicadas, o que constitui um primeiro elemento de resposta à questão sobre a maior proximidade da norma culta do português de África com a do português europeu: segundo Vieira (2011), em PST, o factor “nível de escolaridade superior” é o mais relevante. A percentagem relativa ao PB encontra-se entre a média de 73,7%, em Scherre & Naro (1997:107) - norma urbana semiculta, Rio de Janeiro, *corpus* PEUL, e a média 95,5% obtida por Monguilhott e Coelho (2002)⁹, a partir de dados de falantes escolarizados de Florianópolis (*apud* Lucchesi 2006:105).

⁷Jorge Augusto A. da Silva. A concordância verbal no português afrobrasileiro: um estudo sociolinguístico de três comunidades rurais do Estado da Bahia. Dissertação (Mestrado em Letras e Lingüística), UFBA, Salvador, 2003.

⁸Apresentação ao XVI Congresso Internacional da ALFAL, Alcalá de Henares, 06 a 09 de Junho de 2011: “O estatuto da regra variável e o fenómeno da concordância verbal em variedades do português”. Os dados são do *corpus* reunido para Projecto CLUL-UFRJ e do *corpus* (“Português de S. Tomé e Príncipe”, já referido; no total, são 53 entrevistas realizadas em zonas urbanas, com idêntico número de informantes por variedade (e por faixa etária e nível de escolaridade). Texto correspondente a publicar nas Actas do Congresso.

⁹Monguilhott, Isabel e Izete Coelho (2002). Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis. In: Vandresen, Paulino (org.). *Variação e mudança no português falado na região sul*. Pelotas: EDUCAT, pp. 189-216.

Em Miguel, Mendes & Mota (2011)¹⁰, os resultados obtidos sobre as cinco variedades africanas (*corpus* “Variedades africanas do Português”¹¹, que inclui falantes de diversos perfis) e sobre Nova Iguaçu (*corpus* do Projecto, com uma amostra equilibrada (três faixas etárias, três níveis de escolaridade), vão no sentido de a realização das marcas de concordância entre o sujeito gramatical e o verbo copulativo ou o verbo auxiliar da passiva (i.e., em construções predicativas) atingir percentagens elevadas: «verificaram-se raros casos de defectividade em termos de concordância entre o sujeito e verbo copulativo ou o auxiliar da passiva»). Os resultados obtidos confirmam o notado em Naro & Scherre (2003) e em trabalhos do Projecto sobre o PB, relativos ao aumento das marcas da concordância em número.

Relativamente aos factores linguísticos: os resultados do Projecto apontam para a existência de um conjunto de factores explicativos de variantes de concordância na P6 com menor homogeneidade interna e não aplicável nem ao PE nem às produções de falantes cultos das diferentes variedades, em geral, e de um núcleo de factores comum, representado na generalidade das variedades do português, embora o seu peso quantitativo possa ser diverso. De seguida, comentam-se esses factores nucleares, mostrando que os dados da norma urbana culta em Angola e Cabo Verde dão indícios de esta ser mais próxima da do PE do que da brasileira, tal como descrita na bibliografia produzida no Brasil e em trabalhos do Projecto. Dispensamo-nos fazer essa comparação com o PB de forma extensiva, dado haver muitas descrições disponíveis em artigos e livros.

1.1.1 Factores linguísticos comuns às diferentes variedades do português

É possível delimitar com alguma segurança, na generalidade das variedades do português, um conjunto de factores que favorecem a não presença de marcas flexionais de concordância no verbo. Trata-se de variáveis que constituem, do nosso ponto de vista, o núcleo estável de variação em português. Ou seja, existem, em português, determinados tipos de traços morfofonológicos (associados a categorias morfológicas) que estão em variação estável, assim como um número restrito de construções sintácticas (associadas a determinados tipos semânticos de verbos e à posição VS) que apresentam essa mesma propriedade; no seu conjunto, são, assim, identificadores do português,

¹⁰Texto entregue para publicação nas Actas do XVI Congresso Internacional da ALFAL, “Fenómenos de concordância em variedades do português: construções com verbos copulativos e com verbos transitivos predicativos”.

¹¹Ver <http://www.clul.ul.pt/en/resources>.

representam os domínios gramaticais que poderemos associar à variação inerente (são os domínios associados às várias gramáticas que caracterizam o português “tout court”), contrastando com outros domínios que apresentam variação geograficamente e/ou socialmente restrita. O elenco que se retém, em função dos resultados do Projecto, caracteriza o PE urbano e a norma culta urbana das restantes variedades, apesar das diferenças pontuais que possam existir entre elas. A seguir, listam-se os factores linguísticos que consideramos ser comuns e nucleares, exemplificado com dados dos *corpora* de português europeu¹²; muitos deles estão já elencados em trabalhos de vários autores, sendo o contributo do presente texto o trazer achegas decorrentes da análise de *corpora* novos, analisados no quadro do referido Projecto. Não se pretende hierarquizar o peso quantitativo destes factores, por esse trabalho não estar ainda terminado, embora se comentem casos para os quais existem já evidências numéricas. Os dados são de falantes de nível de instrução médio-alto e superior, e alguns patenteiam mais do que um factor determinante; nos exemplos abaixo, a variedade utilizada para a ilustração é o PE, dado ser aquela variedade que, em geral, apresenta menos casos de cancelamento da expressão formal da concordância, no verbo.

- Factores inerentes à produção de discurso oral

Factores relacionados com o processamento, com a planificação do discurso e a quantidade de material linguístico entre sujeito e verbo são, obviamente, condicionantes com relevância em qualquer produção oral (cf., por exemplo, *essas relações* entre a classe médica e as associações de doentes *ficou* bem estabelecida, *ficou* clara? (PE, jornalista, rádio); [[o rearranjo] [da *economia interna da empresa*]] *foi* recentemente *feita* (PE, economista, rádio)).

- Factores sintácticos e semânticos

(i) A presença do verbo *ser* (e também de *estar*) em diferentes tipos de estruturas (topicalizadas, apresentacionais, impessoais, passivas, ...); (cf. Mota & Vieira 2007, Vieira 2011):

- (3) a. e *crianças é* muito diferente de ter multidões hum de - de - de adultos não é?!

¹²Alguns dos dados do PE são retirados de gravações feitas na região de Lisboa por alunos de M. A. Mota da cadeira de Sociolinguística, Faculdade de Letras de Lisboa, não fazendo parte do *corpus* equilibrado recolhido especialmente para o Projecto.

- b. mas hoje em dia vê-se o contrário *é os alunos* que levantam a mão aos professores
- c. hum *era aqueles sítios* em que as pessoas realmente não tinham - escola

(ii) Ordem vs (posposição do sujeito), nomeadamente em construções inacusativas

- (4) a. *aconteceu casos engraçados*
- b. quando *chegava os meus primos*
- c. hum eles não têm - não sei - *escapa-lhes as coisas* não é?

(iii) Construções relativas e clivadas (presença do elemento *que*)

- (5) a. houve *crianças* que *tinha* mais dinheiro
- b. *os jornais* que *é* sempre uma fonte de aborrecimento
- c. nós éramos *duas colegas* que *se dava* lindamente o que é uma coisa óptima que por vezes não acontecia _ que se dá um bom exemplo _ quando há *duas colegas* que *se passeia* na população

(iv) Presença de um sujeito neutro nulo (do tipo *isso*), seguindo um tópico

- (6) a. bonequinhos [isso] *era* figuras de acção
- b. essas reacções [isso] não *será* também problemas de organização política?
- c. um decreto de lei que diz como [*as comissões de ética*] devem ser constituídas - têm de ter sete membros e têm de estar representadas as diferentes áreas - [isso] não *é* [ser] constituídas por médicos, nem por funcionários do hospital nem pelo presidente do conselho da administração

(v) Retoma por sujeito nulo plural de um sujeito singular com interpretação colectiva/genérica

- (7) a. *a parte da família do meu pai* [eles] também *são* doutra religião e pronto
- b. *a mulher* há-de vir a ter um papel superior - [elas] *têm* de lutar *lutar* - hum *têm* que compreender que é assim não se *deixem* embalar não não *durmam* sobre os louros como se costuma dizer mas *lutem* mais

- c. tudo o que me custa mais hoje é ver *esta esta juventude* aí sem saber o que fazer - [eles] só **fazem** é –

(vi) Sujeitos coordenados e complexos

- (8) a. **foi mandado encerrar** os postos escolares e as escolas seis dias - na altura

O traço [+animado] do sujeito foi considerado importante relativamente ao PB e ao PST, quer em Vieira (2011) quer em Brandão & Vieira (2012), mas, tanto quanto pudemos apurar, não constitui um factor transversal.

• Factores morfofonológicos

O constituinte de PN é o afectado quando a P6 verbal é homófona da P3. Na maioria dos paradigmas verbais (8 em 10), nos verbos ditos regulares, a diferença fonética entre P6 e P3 consiste na presença de um ditongo nasal *vs.* de uma vogal (ou zero, nas formas terminadas em *-/e/*, cf. *pod[]* ou *abris[]*, consoante as variedades do português); a primeira forma corresponde à estrutura fonológica /vogal oral N/, sendo /N/ um auto-segmento flutuante e o marcador de PN6, e a segunda, a /vogal oral/, sendo zero o marcador de PN.

Em variedades rurais não standard do português europeu, encontram-se variantes de flexão em que a nasalização da P6 não ocorre, constituindo-se padrões variantes; por exemplo, exemplificando com *lavam*: (i) com ditongo nasal: lav[ẽw̃], lav[ẽj]; (ii) com vogal nasal: lav[ẽ̃], lav[õ̃], lav[ũ̃], lav[ẽ̃], lav[ĩ̃]; (iii) com vogal oral: lav[u], lav[ɐ]. Alguns estudos não publicados¹³ permitem dar dois exemplos, cujo comentário não se desenvolve aqui:

i) Masouco, Bragança; zona dos dialectos transmontanos e alto-minhotos, cf. Cintra (1971)

P6: 170 ocorrências, das quais 142 sem ditongo nasal (83,5%) e com vogal nasal; exemplificando com formas de verbos com /eN/:

Vogal precedendo /N/	Exemplos
/e/ (v. de tema <i>-e</i> e <i>-i</i>)	eles sa[ẽ] (<i>saem</i>) do cortiço
90,5% sem ditongo	elas morr[ẽ] (<i>morrem</i>)

Embora se disponha apenas de 4 casos de consoante nasal no início da palavra seguinte, o resultado é de 100% de ausência de ditongo – este tipo de contexto foi referido como muito relevante na não marcação da concordância em PST e mediantemente relevante em PB, em Vieira (2011); o contexto precedendo

Contexto à direita	P6	
	sem dit. nasal	sem dit. nasal
[ɛ] 5 dados	4	cons. nasal 4 4 dados
[a], [e] 39 dados	38	outras cons. 69 74 dados
[u], [w] 28 dados	27	pausa 5 20 dados

pausa, pelo contrário, é o que mais favorece a activação do padrão com ditongo nasal.

ii) Em Porto de Espada, Sapeira e Castelo de Vide (dialectos centro-meridionais do interior, cf. Cintra 1971), nos verbos de tema em *-a*, a P6 termina maioritariamente em [ẽ] ou [ĩ]. Das 96 ocorrências de P6, 61 não apresentam ditongo nasal (63,5%) mas as referidas vogais nasais:

Vogal precedendo N	P6	
	sem ditongo nasal	com ditongo nasal
/a/	61 dados	35 dados
	realização [ĩ] 57%	realização [ẽj] 72%
	realização [ẽ] 43%	realização [ẽj] ¹⁴ 28%

Nestas localidades, verificou-se existirem indícios de que a realização de vogal nasal está relacionada com a presença de sujeito nulo, o que indica a necessidade de se aprofundar o estudo das relações entre o marcador de P6 e o tipo de sujeito (no caso, uma “redução” fonética, do tipo ditongo nasal > vogal nasal ou uma não ditongação da estrutura /vogal N/): 54% das ocorrências estão em frases com sujeito nulo; 24%, com sujeito nominal; 20%, com sujeito pronominal.

A saliência fónica, na interface entre fonologia e morfologia, constitui um factor importante em português, como amplamente comprovado relativamente ao PB. Em PE, tudo indica que esse factor tem relevância nas oposições

¹³Estudos feitos no quadro da cadeira de Sociolinguística, ministrada na Faculdade de Letras de Lisboa por M. A. Mota.

¹⁴Este mesmo padrão está atestado no Funchal, cf. Bazenga (2011), e, em geral, em todo o Sul de Portugal.

consideradas de nível 1, como já referido, em construções sintáticas não marcadas, sendo que, em construções em que intervêm factores sintáticos, como a ordem VS, os verbos que apresentam oposições do nível 2 podem também não apresentar a marca esperável (p.e., *bateu, veio, é*, retomando os exemplos de Scherre & Naro 1998). Assim, considera-se que, no que diz estritamente respeito à saliência fónica como *o factor* explicativo, apenas as oposições de nível 1 são de considerar: em termos de regras de representação fonética aplicadas à sequência /vogal N/, a marca de P6 pode não seguir, em todos os padrões flexionais, todo o percurso típico da variedade padrão. Ou seja, tomando a sequência /vogal N/ > vogal nasal > ditongação da vogal nasal, em nível fonético: [ẽw̃], [ẽj], põe-se a hipótese de que, conforme os padrões em concorrência, o processo pára na etapa 2 (obtendo-se, p.e., pod[ẽ] *podem* ou lav[ẽ] *lavam*), segue até ao seu termo (obtendo-se pod[ẽj] ou lav[ẽw̃]) ou não se inicia, sendo que, neste caso, o segmento flutuante /N/ não exerce qualquer influência sobre a vogal anterior (não se ancora ao nó Rima, cf. Bisol 1998), mantendo-se apenas a vogal em forma fonológica, isto é, uma vogal oral. É este o padrão em que ocorre sincretismo entre P3 e P6, desencadeando sequências como *eles pode* ou *eles lava*; tomando-se a forma ditongada de P6 como modelo, estas sequências podem considerar-se como não apresentando traços de concordância no verbo. Mas, se se admitir a coexistência de diferentes padrões de flexão verbal, independentes dos contextos em que o verbo ocorre e explicáveis em termos fonológico-fonéticos, então o foco da questão não é a existência ou não existência de concordância, mas sim a existência de diferentes relações de concordância, fonicamente motivadas. Nesta perspectiva, existe sempre concordância (de facto, esse fenómeno é independente dos traços que o realizam), variando a maneira como a mesma é plasmada no verbo. Põe-se, então, a questão de identificar o subdomínio que, na relação entre sujeito e verbo, em português (e não apenas nestas variedades do PE) mais pesa ou mais força exerce na marcação explícita das marcas de concordância (cf. 2).

1.1.2 Os padrões de concordância em produções de falantes cultos

Apesar dos poucos dados de não marcação canónica de concordância encontrados nos *corpora* de falantes cultos de Luanda (16/853, i.e. 1,87%) e de PCV (64/9444, i.e. 0,68%), já referidos, constata-se que, quando esta existe são bem delimitados os contextos que parecem ser os mais determinantes. Vejam-se os seguintes exemplos, relativamente aos quais indicamos os factores implicados, sugerindo-se o confronto com a listagem apresentada em 1.1.1; o número de exemplos apresentado é próximo da totalidade e a sua ordenação mostra quais os factores mais expressivos (relembra-se que os dados dizem respeito a 11 falantes de Luanda (PL) e a 29 de Cabo Verde (PCV)):

- (9) a. relativas (e distância entre sujeito e verbo, estruturas de clivagem, saliência fónica de nível 1)
- *umas bebidas* que *era* jeropiga - feita de milho - e quibongo (PL)
 - *são situações* que nós *encontramos* (...) que também *contribui* para o desemprego (PL)
 - há *pessoas* que não *encontra* consolo (PL)
 - é *uma comida típica* que nós dizemos que *são* as dos óbitos (PL)
 - não só livros de nível internacional mas *livros* que *fala* da nossa própria cultura (PL)
 - *são essas questões* que que infelizmente *se está* a perder (PL)
 - *era crianças* que estavam a aprender (PCV)
 - temos *colegas* que *viveram* nos Estados Unidos da América e que *têm* um bom domínio do inglês - mas que não *gosta* das pessoas ... (PCV)
 - utilizam *termos* que - a rigor - não *existe* em português (PCV)
 - quando estou em *situações específicas* que *pode* exigir (...) o português (PCV)
 - a não ser em *situações* assim informais que *tenha* surgido (PCV)
 - há *situações* que não nos *permite* falar o crioulo (PCV)
- b. distância entre sujeito e verbo
- *as quitandeiras tinham* documentos - só *vendia* mais na rua era laranja (PL)
 - *modalidades* que hoje muitos países ou as sociedades estão a desenvolver já não *está* a se coadunar com a antiguidade que eles já tinham (PL)
 - *estas pessoas* estão a este a esta modali ocupando-se a esta modalidade [mais 25 palavras, a seguir] às vezes *cria* um sistema de negócio para não ficar aí a roubar do outro então *cria* este sistema de negócio que é para facilitar ainda que ganhar cem ou duzentos kwanzas já *sabe* que *vai* dar de comer o filho ou filhos *têm* encargo também para pagar assistência escolar para os filhos que estão a estudar (PL)
 - e há pessoas que... mesmo dirigentes - que podem estar a falar com subordinados em crioulo mas quando precisa dar uma ordem - essa ordem já não é dada em crioulo (PCV)

- c. saliência fónica nível 1¹⁵
- *eles anda* por todo canto (PL)
 - os pais - eles vão estipular [o alembamento] mas agora nota-se que *eles estipula* a título de negócio (PL)
 - em vez de os jovens *estarem* aí a fazer práticas que não *devem* então se *ocupam* nessa actividade para ver se *tenta* se sobressair na vida arranjar maneira de sobreviver do que estar aí a passar o dia sem fazer nada então *se ocupam* nesse serviço (PL)
 - aqui *as pessoas escolhe* a língua com que *querem* expressar-se (PCV)
 - *esses assuntos familiares - assuntos sociais - fica* melhor em crioulo (PCV)
- d. ordem vs
- ainda *vai* restando *outras pessoas* (PL)
 - já que não há empregos formais *surge* na nossa sociedade *certas práticas* ainda no domínio económico e financeiro (PL)
 - agora neste momento *foge-me os nomes* (PL)
 - foi aí onde *chegou os portugueses* (PL)
 - *é reconhecido o português brasileiro e o português de Portugal* (PCV)
 - de vez em quando - talvez por curiosidade - *passa umas pessoas* (PCV)
- e. sujeito ou referente colectivo ou genérico (e retoma pronominal, realizada ou nula, com número diferente)
- porque se dão um salário reduzido *aos nossos professores ele* não tem estímulo para ensinar as nossas crianças (PL)
 - *a família* escreve uma carta - *eles* fazem uma lista (PL)
 - *o povo de Luanda* não tem cultura - *eles* têm cultura sim senhora mas *eles* não a identificam a sua cultura (...) foi sempre um povo que segue a sua cultura - eu não digo que a cultura deles é sempre no bom sentido (...) *o povo da ilha de Luanda eles* conservam (PL)
 - *o povo de Luanda* também não *ficam* atrás (PL)

¹⁵O único exemplo atestado de outro nível de saliência, em PL, foi o seguinte: *muitos jovens tá a fugir desses valores*; em PCV, só ocorreram dois exemplos: i) *vêm de escolas onde os professores - ao longo da escola primária praticamente falou o crioulo com eles*, ii) *apesar de serem línguas ensinadas nas escolas - mas penso que não chegará ao estatuto que o português tem*.

- eu por acaso assisti a exibição *desse grupo* e eu quando vi eu disse que *eles* vão ganhar (PL)
 - porque... *nenhum cabo-verdiano* deva de facto prescindir - mesmo lá aonde *estivermos* - mais longe - na China vá lá - não *devemos* de facto nunca esquecer o nosso crioulo (PCV)
 - *o povo se entende* - na oralidade - mas quando *escrevem* não *se entendem* (PCV)
 - temos *gente* formada em muitos países - *saíram* de Cabo Verde com a escolaridade feita em português mas mau português - então *fizeram* a formação em outros países - outras línguas
 - e quando *voltam* é aquele português que... então também *se sentem* mais à vontade em falar em crioulo (PCV)
- f. verbo *ser* (e distância entre sujeito e verbo, relativas)
- lembro-me... ainda *era os tempos* de onda média (PCV)
 - porque *as raízes as veias* que transportam o sangue que corre dentro do meu próprio organismo *é* da origem de lá (PL)
 - *duas grandes áreas de variantes* - que *é* o sotavento e o barlavento (PCV)
 - o não dominar o que *é os códigos urbanos* (PCV)
 - [isso?] *seria as duas coisas* (PCV)
 - os adultos - [isso?] já é mais difícil de aprender a ler e escrever o crioulo (PCV)
- g. sujeitos coordenados
- *os ilhéus e muita gente aí do Prenda* faz parte da Ilha faz parte do Mussulo (PA)
 - hoje *a nossa música e a nossa dança* tem sido muito reconhecida (PA)

A pequena representatividade percentual dos casos listados acima contrasta com percentagens mais elevadas de falantes pouco alfabetizados, como descrito nos textos produzidos por membros do Projecto e já publicados ou no prelo, remetendo-se para os mesmos, para comparação de resultados. O que nos interessa realçar é, sobretudo, (i) que os contextos focados e os factores que acreditamos serem explicativos da homofonia entre P3 e P6 são comuns a todas as variedades; que (ii) nas variedades standard, pode tratar-se de homofonia esporádica entre P3 e P6, devido aos condicionamentos que indicámos e talvez a outros, que não detectámos a partir dos dados; (iii) noutras variedades, substandard, não se trata de casos de homofonia esporádica mas sim da coexistência de pares de variantes de flexão verbal – uma variante com marcação visível e outra com marcação não visível, i.e., de casos de claro sincretismo

entre a P3 e a P6, correspondendo a um padrão de conjugação em que as células 3 e 6 do paradigma são sempre homófonas.

Note-se que, relativamente aos sujeitos complexos, é admitida a concordância com o núcleo do sujeito ou com os nomes do sintagma preposicional mesmo em obras de linguística bastante normativas. Há exemplos das duas possibilidades em ambos os *corpora*, mas com clara supremacia da selecção da P6 (em maior número em PCV), como em *a maior parte dos jovens aprenderiam* (PL), *a maior parte dos jovens que se comunicam através do MSN fazem-no em crioulo* (PCV), *há um tipo de pessoas que se julgam nacionalistas e falam só o crioulo* (PCV).

2 O elemento controlador da concordância e o elemento alvo

Nas variedades em que se pode verificar que a flexão verbal dispõem de 6 ou 5 formas diferenciadas quanto ao marcador de pessoa-número (PN), ocorre homofonia esporádica, ou seja, os falantes têm duas gramáticas disponíveis, uma das quais, a considerada padrão, é mais robusta, surgindo a segunda quando há contextos/factores que o favorecem; contudo, nessa segunda gramática, não se atestam casos como *eles {dá, vai, faz, diz, é}*, por exemplo, podendo explicar-se a homofonia esporádica (p.e. *{ele, eles} come*) por uma das gramáticas (a menos robusta) se caracterizar pela não ancoragem de /N/ ao nó da Rima, na estrutura silábica (cf. Factores morfofonológicos, em 1.1.1). Pelo contrário, nas subvariedades consideradas não padrão – associadas a falantes de nível de escolarização baixo ou médio, a falantes de português L2 ou de LM em situações de contacto continuado ou ainda a falantes com percursos de transmissão linguística irregular –, existirá uma homofonia extensiva, configurando um caso de sincretismo que pode ir de três formas idênticas até cinco (cf. Duarte 1993) ou, em casos extremos, até ao sincretismo total, incluindo a P1¹⁶ (como em comunidades afro-brasileiras, cf. Lucchesi 2006 e Baxter 2004). Nestes casos, e visto que várias formas dos paradigmas verbais estão implicadas numa redução formal, o argumento fonológico acima evocado não explica cabalmente esses padrões. Assim sendo, e constatando-se que a morfologia verbal não dispõe de marcadores diferenciados para 6 ou 5 células de um paradigma, independentemente da existência de

¹⁶Assim como, em inglês, se admite que -s de 3^a “pessoa” não é marcador de pessoa mas de tempo presente, pode admitir-se que -o, na 1^a “pessoa”, é também um marcador desse mesmo tipo.

factores condicionantes¹⁷, podem fazer-se as seguintes perguntas, uma delas já anunciada acima: existe ausência de concordância, em português? É o enfraquecimento das marcas flexionais de concordância, no verbo (a homofonia ou o sincretismo formal), o responsável por haver padrões de concordância morfológicamente não marcados? Ou a questão poderá situar-se antes no subdomínio do elemento que controla a concordância (o sujeito ou o tópico não sujeito, como em *o povo – [eles] gostam muito de desporto*¹⁸), especialmente se se tratar de um pronome? Sabe-se que a concordância é um fenómeno que independe das marcas que a morfologia verbal oferece: em línguas de morfologia extremamente reduzida ou nula, como o inglês¹⁹, não existiria lugar para se falar de concordância, se essa dependência existisse. Assim, interessará olhar para o paradigma pronominal nominativo, em português, e considerar uma hipótese que se baseia num argumento forte, como a seguir tentaremos explicar: a categoria de pessoa é inerente ao pronome e não ao verbo (cf. Corbett 1998: 21) e o número decorre da pessoa, no verbo («Person determines number», Corbett 2000: 277). Isto é, as categorias de pessoa e número são herdadas, no verbo.

2.1 *O continuum das relações de concordância, em português*

Como está amplamente demonstrado na literatura e recentemente em Brandão (2011) e Brandão & Vieira (2012), nos sintagmas nominais, o traço [+plural] é realizado nos elementos à esquerda do nome, em variedades não padrão; em Miguel, Mendes & Mota (2011), sobre concordância em construções predicativas, mostra-se também que esse traço é realizado por um

¹⁷Em Lucchesi (2006:99) é judiciosamente notado (a propósito dos resultados de Monguilhott e Coelho (2002: 195), sobre Florianópolis, e de Scherre & Naro (1997:97), sobre o Rio de Janeiro) que a diferença percentual entre formas com ditongo nasal e formas idênticas às de P3 é muito mais importante em contextos de sujeito pós-verbal do que em contextos não marcados, defendendo o autor que «Se a mudança tivesse se iniciado a partir do enfraquecimento fonético da nasalidade, seria natural que a diferença relativa à indicação mórfica da nasalidade fosse maior do que a diferença decorrente do contexto sintático da posição do sujeito, mas o que ocorre é exatamente o contrário.». cremos que, ao propormos a existência de diferentes gramáticas, estamos a seguir a mesma linha de raciocínio e a contribuir, talvez, para a discussão dessa questão.

¹⁸O tópico «é o sujeito de um predicado proposicional» (Zubizarreta 1997: 10).

¹⁹Como defende Cysouw (2008) e outros, o -s na P3 do presente do indicativo, em inglês, é mais bem interpretado como marcador de “tempo presente” do que como marcador de pessoa-número.

constituente *singleton* (cf. Costa & Silva 2006) e conclui-se que o predicado complexo assegura no seu todo a informação requerida pela concordância, sendo que essa informação está distribuída pelos dois segmentos que o integram, num esquema como o seguinte: [predicado complexo [Vcopulativo [+pessoa+número]] [[adjectivo][+género]]]: «a reiteração da concordância de número no predicado adjectival é redundante, pelo que só aparece realizada uma vez, no verbo; a concordância em género não se encontra codificada no verbo, logo, é inserida no predicado adjectival»; «a informação de género no predicado adjectival decorre de uma operação de concordância morfossintáctica, que realiza no predicado adjectival apenas a informação que ainda não foi verificada, como exemplificado em (10):

(10) [[SN sujeito GEN+NUM] [[predicado [Vligação pessoa+num][adjectivo GEN]]].

Na não marcação explícita de concordância, no verbo, podemos, de modo paralelo ao exposto acima, distinguir as duas categorias em causa na concordância: a pessoa e o número, maugrado se apresentarem morfologicamente amalgamadas. Tentaremos provar que a incidência do fenómeno da concordância não recai na categoria *pessoa* (P) da forma verbal, mas sim na categoria *número* (N), e que esse facto está directamente relacionado com as categorias associadas aos pronomes com função de sujeito/tópico.

2.1.1 Categorias de pessoa e de número, no pronome e no verbo

No pronome, a categoria de pessoa está inscrita na sua entrada lexical, é inerente ao lexema pronominal, recobrando a auto-referência (*eu*) e duas hetero-referências (*tu, ele*), sendo *tu* uma forma de tratamento e *ele*, uma “não pessoa” ou uma pessoa por defeito ou uma pessoa com capacidade referencial subespecificada; o número é inerente a *eu, tu, nós*²⁰, porque marcado no léxico, mas é pós-lexical em *ele(s)*. No verbo, essas categorias não estão inscritas na matriz lexical (são flexionais, pós-lexicais e, o mais relevante, morfossintácticas), são herdadas do pronome que controla a relação de concordância e são formalmente marcadas de acordo com as possibilidades que a morfologia verbal disponibiliza. Trata-se de duas categorias de concordância (contrastando com a categoria inerentemente verbal *tempo-modo-aspecto*), sendo diversos os valores relativamente aos quais cada uma varia. Assim, *pessoa* varia de acordo com um padrão ordinal (1^a, 2^a, 3^a) e *número*, segundo um padrão misto – basicamente cardinal, no sentido em que veicula os valores ‘um’ e

²⁰Não consideramos aqui *vós*, dada a sua pouca representatividade no conjunto das variedades do português.

‘mais do que um’, e parcialmente ordinal, porque ‘um’ pode corresponder, no paradigma pronominal, à ordem 1^a (*eu*), 2^a (*tu*) ou 3^a (*ele*)²¹, associando-se assim a cardinalidade à ordinalidade, no verbo. Por outro lado, em função da diferente relação entre ‘um’ e dada pessoa ordinal, é diferente o *tipo de número* em jogo e a sua expressão formal. De facto, na relação 1^a *eu* > 2^a *tu* > 3^a *ele*, a hierarquização ordinal, no verbo, reflecte, por um lado, a singularidade e, por outro, a hierarquização das pessoas do discurso (proeminência de *eu* sobre *tu*, proeminência de ambas sobre *ele*, de acordo com a hierarquia de pessoa geralmente defendida na literatura). Essa relação reflecte, igualmente, a natureza intrinsecamente pronominal de *eu* e de *tu*, dêicticos, e a natureza pró-forma equivalente a um sintagma nominal de *ele*²², anafórico, o que tem consequências relativamente ao tipo e valor de número que veicula e à sua morfologia. Assim, (i) em *ele*, o tipo e o valor (cardinal) do número são os mesmos que ocorrem nos nomes: o singular refere *uma entidade* com determinados traços semânticos e o plural, *mais do que uma entidade do mesmo tipo*, sendo o marcador morfológico de plural o mesmo que ocorre nos nomes; mas (ii) em *eu* e *tu*, a pluralidade tem contornos diversos: como vastamente descrito na literatura, cada um destes pronomes refere uma entidade não só singular como única, pelo que o conceito de *plural*, tal como aplicável aos nomes, não se adequa²³ – do ponto de vista semântico, *eu* e *tu* não pluralizam. Assim, a morfologia pronominal, de modo consentâneo com as propriedades semânticas de *eu* e *tu*, não dispõe de instrumentos para marcar o seu plural sobre a base morfológica singular, diferentemente do que ocorre com *ele*; o léxico disponibiliza palavras diferentes, *nós* (e *vós*), com plural inerente, para remeter para entidades que integram *eu* e *tu*, mas com referência heteróclita. *Você*, *vocês* comportam-se lexicalmente como *ele*, *eles*, mas são dêicticos, como *tu*, *vós*.

No paradigma verbal²⁴, alvo da concordância determinada pelo sujeito/tópico da frase,

²¹ Assim como 1^a, 2^a e 3^a podem estar associadas a ‘mais do que um’. Contudo, a relação é diversa da que ocorre na relação 1^a, 2^a, 3^a e *um*. Ver adiante.

²² Cf. Levinson (1983: 62): «Person deixis concerns the encoding of the role of participants in the speech event in which the utterance in question is delivered: the category first person is the grammaticalization of the speaker’s reference to himself, second person the encoding of the speaker’s reference to one or more addressees, and third person the encoding of reference to persons and entities which are neither speakers nor addressees of the utterance in question.»

²³ Em Cysow (2009), é defendido que o conceito de “grupo” é preferível ao de plural, adequando-se este último de forma mais evidente a dual e trial (p.8). No presente texto, adoptamos [-singular], não singular; não sendo central discutir aqui essa questão, trata-se de uma solução terminológica que vai na linha do defendido na referida obra.

²⁴ Faz-se notar que, nesta descrição, não se consideram casos isolados, como seja o paradigma dos constituintes de PN do pretérito perfeito.

- as formas [+singular, 1^a] e [+singular, 3^a] apresentam, em geral, morfologia idêntica e nula (PN \emptyset), opondo-se a [+singular, 2^a, *tu*], com marcador morfológico *-s*; a correlação é, assim, diversa da encontrada nos pronomes, embora corresponda a um padrão paradigmático de *dois elementos vs. um elemento*;
- a forma [+singular, 3^a] e [-singular, 3^a] opõem-se fonologicamente: \emptyset vs. /N/ à direita do tema verbal²⁵ (cf. *leva vs. levam*); essa relação é diversa da encontrada no pronome, que corresponde a tema + \emptyset (*ele*), tema+ *-s* (*eles*), o plural incluindo a estrutura fonológica da base singular;
- a relação entre [+singular, 1^a] e [-singular, 1^a] corresponde a tema + \emptyset vs. tema + *-mos*, isto é, à presença de uma sílaba suplementar na P4, sílaba essa com uma estrutura marcada, em português: CVC. A oposição é, como em (ii), robusta;
- confrontando os dois subconjuntos [+singular] e [-singular], é este último que maior número de constituintes de PN apresenta, com relevância silábica claramente importante e oposição muito nítida entre formas. Este facto poderá conduzir à hipótese de que estas formas são as mais fortes candidatas à não erosão fonética (cf. Naro 1981), particularmente a P4 (com sílaba CVC, pesada, no PN), seguida da P6 (ditongo nasal, pesado, vs. vogal enfraquecida/ \emptyset fonético na P3)²⁶. Contudo, não é o que se verifica, em algumas variedades do português, levando a concluir que existem condicionantes que, em algumas gramáticas, se sobrepõem à saliência fónica dos marcadores de PN.

Pessoa e número são, em suma, categorias complexas, fazendo prever que as palavras por elas afectadas e que entram numa relação de concordância transportem a complexidade intrínseca ao seu sistema para aquele domínio. De facto, a concordância entre pronome e verbo tem que ser efectivada através de soluções de compatibilização de traços, os quais, correspondendo embora a categorias idênticas, apresentam não só diferenças intrínsecas relativamente a essas categorias, como ainda tipos de expoentes diferenciados e idiosincrasias associadas aos pronomes: o caso mais evidente é o de *ele*, que despoleta,

²⁵Para simplificar, consideram-se aqui apenas as estruturas temáticas, mas a descrição é extensível a estruturas de tema+TMA, como em *levava vs. levavas*, por exemplo. O mesmo se aplica a (iv).

²⁶E esta seguida da P5, caso seja considerada, com uma sílaba VC no PN, dando origem a ditongo oral+s.

em qualquer variedade ou subvariedade do português, um constituinte de concordância por defeito, \emptyset , na quase totalidade dos paradigmas verbais.

Do argumento, que consideramos basilar, segundo o qual os valores de pessoa e de número, no verbo, são herdados do paradigma pronominal, numa relação de concordância, decorre que a marcação expandida *vs.* reduzida desses valores, no verbo, espelha a marcação dessas mesmas categorias, no pronome sujeito/tópico²⁷. Esta hipótese parece-nos suficientemente forte para se deslocar o foco da discussão do verbo para o pronome.

2.1.2 Paradigma pronominal: padrão especificado *vs.* padrões subespecificados quanto ao traço [número]

Cysouw (2008) afirma que muitas línguas não dispõem de formas diferenciadas para *eu* e *tu*, por exemplo, que a categoria de pessoa pode ser assumida exclusivamente pelo pronome, que se espera que o pronome esteja realizado na frase quando a marcação no verbo é invisível²⁸. Em vários textos e particularmente em *Agreement*, Corbett mostra existirem diferentes padrões de concordância nas línguas naturais. Sobre a questão do sincretismo/da homofonia esporádica de formas verbais quanto à pessoa-número, assumam-se que «Agreement morphology is the ‘prerequisite’ for agreement. If the target does not have the means to realize the agreement features, then we have no evidence for agreement.» (Corbett 2006: 78). Ora, se considerarmos as variedades padrão do português, verificamos que os falantes têm como *input* disponível formas verbais com constituintes de flexão cuja diferenciação é quase máxima, podendo defender-se que a não marcação explícita do PN6 (a homofonia esporádica P3, P6) depende sobretudo de factores sintácticos; se considerarmos gramáticas resultantes de transmissão irregular do português, constatamos que esse *input* corresponde a três ou duas formas diferenciadas (ou a uma forma, em casos extremos), podendo pôr-se a hipótese de que esse sincretismo expandido decorre do empobrecimento do paradigma dos marcadores de PN, de forma independente; ou não (ver adiante). Observando os dois tipos de comportamento (ou as diferentes gramáticas), pode concluir-se que o português, *lato sensu*, não exige uma marcação morfológica simétrica,

²⁷A discussão sobre a concordância ser fundamentalmente realizada entre tópico e verbo ou sujeito/tópico e verbo não cabe no âmbito deste texto, mas é, segundo cremos, bastante relevante, quando aplicada ao português. Ver Galves (1987), (1993), (1998), Araújo (2009), Martins & Nunes (s/d), por exemplo.

²⁸Este aspecto remete para Naro (1981), Kato (1999) e Duarte (2003), sobre a relação entre preenchimento da posição de sujeito e morfologia verbal, questão muito importante.

no pronome e no verbo, podendo os valores das categorias pronominais (pessoa e número) não ter marcação explícita no verbo²⁹. Alternativamente, pode defender-se o seguinte: espelhando o verbo as propriedades e os traços dos pronomes, existem, logo, diferentes padrões pronominais, em concorrência e coocorrência em português.

Se, nos padrões caracterizados por marcação reduzida no PN, a forma que subsiste invariavelmente é a associada à P3, sendo essa forma marcada por [-pessoa] ou [pessoa defectivamente marcada] (cf. 2.1.1), tal pode ser interpretado como: a categoria *pessoa* é irrelevante para a concordância entre sujeito/tópico pronominal e verbo, em algumas variedades do português. Assim, resta considerar a categoria *número*³⁰. Relembre-se que *pessoa* é lexical, no pronome, logo, deve ser herdada pelo verbo; o número, em *ele(s)*, é pós-lexical, logo, o verbo pode não herdar um traço que não está inscrito na matriz lexical do pronome (*número*, no verbo, decorre de *pessoa*, cf. Corbett 2000: 277); se a categoria *pessoa* for irrelevante e não estiver marcada, a categoria *número* também não o estará. Se, no padrão correspondente à gramática associada à norma culta, os valores de número não estão sempre especificados na entrada lexical dos pronomes (estão-no em *eu, tu, nós*, mas não na forma de 3^a ordem), a questão é esta: noutros padrões, os valores de número do pronome de 2^a ordem e de 1^a ordem (*nós*, pelo menos) podem também estar subespecificados

²⁹No padrão, P1 e P3 apresentam maioritariamente sincretismo, pelo que concordância não implica marcação morfológica; também não implica necessariamente que haja identidade de forma nos constituintes que asseguram as mesmas categorias de PN, como mostram a P5 -stes, -des *vs.* -is, a P1 marcada -o, -i *vs.* \emptyset , a P2 -ste *vs.* -s, a P3 -u *vs.* \emptyset , a P6 -ram *vs.* -am/-em; não implica, portanto, que os marcadores morfológicos tenham um valor intrínseco, mas sim que o seu valor seja definido relativamente aos restantes membros do mesmo paradigma e aos membros de outros paradigmas. Retome-se Corbett, citação no texto: a questão é haver ou não «evidence for agreement», e não haver ou não haver concordância.

³⁰Em Martins & Nunes (s/d: 5), é defendido o seguinte, no quadro da teoria minimalista, sobre “a presença ou a ausência do traço [pessoal]” nos paradigmas reduzidos: «the verbal agreement paradigm of BP can be characterized as simultaneously encoding person and number specifications only for first person singular. All the other cases involve either number specification with default value for person (third) or default values for both person and number (third singular)»; « (...) if T has only a number feature and it is valued as singular in the syntactic component, it will later be associated with first person in the morphological component; if the number feature receives any other value in the syntactic component (default or plural), it will later be associated with a default value for person (third) in the morphological component.»

no léxico. Ou seja, face aos dados de concordância atestados em todas as variedades e subvariedades do português, pode pôr-se a seguinte hipótese: se existem diferentes padrões de concordância é porque existem diferentes padrões pronominais; existindo diferentes graus de especificação do número nos pronomes, existirão diferentes “cópias” no verbo, o que corresponde a diferentes padrões de concordância. Retomando o paralelismo com o que está descrito para a concordância no SN, em que é nos elementos pré-nominais que é marcada a categoria de número, a hipótese que se põe é que, também na relação pronome-verbo, é no pronome que, em variedades não padrão, se realizam as categorias relevantes. Nesta linha, haveria dois subsistemas pronominais extremos:

- (i) traços de número [+especificados] no pronome - PE, maioritariamente, outras variedades padrão

eu - canto	nós - cantamos	1	[+sing]	4	[-sing]
tu - cantas	(vós - cantais)	2	[+sing]	5	[-sing]
ele - canta	eles - cantam	3	[+sing]	6	[-sing]

- (ii) traços de número [-especificados] no pronome, abrangendo *tu*, *nós* (e *eu*) - PB não escolarizado, subvariedades do português de África (PA)

eu - canto(/a)	nós - canta	1		4	
tu - canta	—	2	[α sing]	5	[α sing]
ele - canta	eles - canta	3		6	

sendo que as diferentes variedades do português transitam entre esses dois extremos, num gradiente, provavelmente como abaixo representado, parecendo muito provável que, em diferentes variedades, existam diferentes subsistemas pronominais, com diferentes valores relativos ao traço *número*; espelhando-se no verbo, se o número pode ser subespecificado no pronome, também a marcação flexional, no verbo, o será. Existirá sempre, portanto, concordância:

[+sing]		[α sing]
[-sing]		
PE padrão	PB padrão	PB não escolarizado
PA padrão?	PA padrão?	PA não escolarizado
Outras variedades PB, PA, PE		

Se forem, como parece, os paradigmas pronominais os responsáveis pela redução das marcas morfológicas no verbo, é necessário aprofundar como se dá a perda de especificação do traço *número*, nos pronomes. O centro da discussão, tal como propomos redimensioná-la, passa a ser: como se constituem os diferentes paradigmas pronominais?

Referências

Araújo, Edivalda. 2009. As construções de tópico. In: Lucchesi, Dante; Baxter, Alan & Ribeiro, Ilza (orgs.). *O português afro-brasileiro*, 231-250. Salvador: EDUFBA.

Baxter, Alan N. 2004. The development of variable NP plural agreement in a restructured African variety of Portuguese. In: Escure, Geneviève & Schwegler, Armin (eds.). *Creoles, contact and language change: Linguistics and social implications*, 97-126. Amsterdam: John Benjamins.

Baxter, Alan N. & Lopes, Norma da Silva. 2011. A concordância verbal variável no português dos tongas. *PAPIA* 21: 39-50.

Bisol, Leda. 1998. A Nasalidade, um Velho Tema. *DELTA* [online], vol.14, n.special.

Brandão, Silvia Figueiredo. 2011. Concordância nominal em duas variedades do português: convergências e divergências. *Veredas online*, *Atemática* 1: 264-278.

Brandão, Silvia Figueiredo & Vieira, Silvia Rodrigues. 2012. A concordância nominal e verbal no Português do Brasil e no Português de São Tomé: uma abordagem sociolinguística. *PAPIA* 22: 7-33.

Cintra, L.F. Lindley. 1971. Nova proposta de classificação dos dialectos galego portugueses. *Boletim de Filologia* 22: 81-116.

Corbett, Greville G. 1998. Agreement in Slavic (Version 1, 12 January 1998, <http://www.indiana.edu/~slavconf/linguistics/corb.pdf>)

Corbett, Greville G. 2000. *Number*. Cambridge: Cambridge University Press.

Corbett, Greville G. 2006. *Agreement*. Cambridge: Cambridge University Press.

Costa, João & Silva, M. Cristina F. 2006. Notas sobre a concordância verbal e nominal em português. *Estudos Linguísticos* xxxv: 95-109.

Cysouw, Michael. 2008. *The Paradigmatic Structure of Person Marking*. Cambridge: Cambridge University Press.

Duarte, M. Eugênia L. 1993. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: Roberts, I. & Kato, Mary A. (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*, 107-128. Campinas: Ed. da UNICAMP.

Galves, Charlotte. 1987. A sintaxe do português brasileiro. *Ensaios de Linguística* 13: 31-49.

Galves, Charlotte. 1993. O Enfraquecimento da Concordância no Português Brasileiro. In: Roberts, I. & Kato, M. (eds.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*, 387-408. Campinas: Editora da UNICAMP.

Galves, Charlotte. 1998. Tópicos, Sujeitos, Pronomes e Concordância no Português Brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 34:7-21.

Lighthfoot, David. 1999. *The development of language: Acquisition, change and evolution*. Blackwell: Oxford.

Martins, Ana Maria & Nunes, Jairo. (s/d). *Apparent Hyper-raising in Brazilian Portuguese: Agreement with Topics across a Finite CP*. Disponível em: http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/cordialsin/pdfs_publicacoes/martins_nunes_apparent_prelo.pdf. Acesso em: setembro de 2011.

Miguel, Matilde; Mendes, Amália & Mota, Maria Antónia. forthcoming. Fenómenos de concordância em variedades do português: construções com verbos copulativos e com verbos transitivos predicativos, comunicação ao XVI Congresso da ALFAL, Junho 2011, Alcalá de Henares, entregue para publicação nas *Actas*. Disponível em: http://eventoplenos.com/alfal/ALFAL_miguel_final.docx.

Mota, Maria Antónia. 2011, forthcoming. Variáveis linguísticas implicadas na concordância entre sujeito e verbo, em diferentes variedades do português. Texto correspondente à comunicação apresentada ao 9º Congresso dos Lusitanistas Alemães *O português como diassistema, dentro e fora do espaço lusófono*, Viena (Áustria), 14-17 de setembro de 2011.

Mota, Maria Antónia; Rodrigues, Celeste & Soalheiro, Elisabete. 2003. Padrões flexionais nos pretéritos fortes, em PE falado setentrional. In: Castro, Ivo & Duarte, Inês (orgs.). *Razões e Emoção*. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 129-156.

Mota, Maria Antónia & Vieira, Sílvia. 2008. Contrastando variedades do português brasileiro e europeu: padrões de concordância sujeito-verbo. In: Gonçalves, Carlos Alexandre & Almeida, Maria Lúcia Leitão de A. (orgs.). *Língua portuguesa. Identidade, Difusão e Variabilidade*, 87-113. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas.

Naro, Anthony J. 1981. The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language* 57: 63-98.

Scherre, M. Marta Pereira. 1994. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) - Norma e Variação do Português* 12: 37-49.

Scherre, M. Marta Pereira & Naro, Anthony J. 1997. A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: Hora, Dermeval da (org.). *Diversidade linguística no Brasil*, 93-114. João Pessoa: Idéia.

Scherre, M. Marta Pereira & Naro, Anthony J. 1998. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. Disponível em:

<http://www.ai.mit.edu/projects/dm/bp/scherre94-number.pdf>. Acesso em: agosto de 2011.

Scherre, M. Marta Pereira & Naro, Anthony J. 2006. Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro. *SCRIPTA* 18(9): 107-129.

http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20070621143829.pdf

Scherre, M. Marta Pereira; Naro, Anthony J. & Cardoso, Caroline R. 2007. O papel do tipo de verbo na concordância verbal no Português Brasileiro. *DELTA* [online], vol. 23: 283-317. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502007000300012.

Soalheiro, Elisabete. 2002. Padrões flexionais no português falado no Norte de Portugal com elementos de comparação com o galego, ms., dissertação de Mestrado orientada por Maria Antónia Mota, FLUL.

Recebido em: 04/10/2010

Aceito em: 12/06/2011
